



Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.625.321/0001-56

pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, junto ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão. **■ Desemprego de penalidades** - Nos casos de descumprimento das obrigações previstas em suas condições de concessão, a ANEEL poderá aplicar sanções administrativas, como multa, suspensão, infração, ou notificação ou determinação da ANEEL de dois procedimentos de rito, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL e os usuários e terceiros, e as indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-la à habilitação. O valor mínimo definido para o bloco será o montante líquido da indenização que seria devido no caso da caducidade. Através de controle será transferido do montante apurado, o valor equivalente às suas respectivas participações.

■ 9. Depósitos vinculados
A Companhia possui contas reservas vinculadas às obrigações contratuais referentes a 1º emissão de debêntures, cuja remuneração está baseada na variação dos Certificados de Depósitos Interbancários - CDI (Nota 11). A conta reserva do serviço da dívida deverá manter saldo correspondente a próxima prestação a vencer de amortização do principal e juros. Adicionalmente, de acordo com a mecânica estabelecida no contrato de cessão fiduciária a Companhia deverá depositar mensalmente o valor equivalente a um sexto da próxima prestação vincenciada em conta vinculada. Os recursos possuem destino exclusivo para o serviço da dívida. Em 31 de dezembro de 2022 o saldo de depósitos vinculados totaliza o montante de R\$ 61.900 (Em 31 de dezembro de 2021 - R\$ 54.811).

	31/12/2022	31/12/2021
Serviços	56.607	50.353
Material	-	665
Outros	30	782
	56.637	51.800
Circulante	7.195	5.025
Não circulante (i)	56.637	51.800

Debêntures	Montante/Quantidade	Vencimento	Atualização monetária e juros	Carência	Pagamento	Reservação	Amortização
1ª série (i)	1.000.000	15/09/2026	IPCA + 7,15%a.a	6 meses	Semestral, após 15/03/2014	Semestral, após 15/09/2017	-
2ª série (ii)	1.000.000	15/09/2026	IPCA + 7,15%a.a	36 meses	Semestral, após 15/09/2016	Semestral, após 15/09/2017	-
2ª Emissão (ii)	1.000.000	15/11/2030	IPCA + 5,07%a.a	6 meses	Semestral, após 15/05/2021	Semestral, após 15/05/2021	-

(i) Em 15/09/2013, a Companhia realizou a 1ª emissão de 200.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e com garantias adicionais fiduciárias, em duas séries, com valor unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$200.000. A oferta restrição teve início no dia 21/10/2013 e foi encerrada no dia 24/10/2013 e o montante líquido recebido pela Companhia foi de R\$195.230. (ii) Em 15/11/2020, a Companhia realizou a 2ª emissão de 1.000.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real quicquidária, a ser controlada na espécie com garantia real, para distribuição com estornos restritos, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 totalizando R\$ 1.000.000. Em 28/12/2021, a companhia recebeu o montante líquido de 963.620. Os recursos obtidos foram destinados à liquidação antecipada da totalidade do saldo devedor pela Companhia do empréstimo junto ao Banco BNDES e quitação antecipada na totalidade de Notas Promissórias, série única, emitidas em 29/12/2021. As parcelas de longo prazo têm vencimento nos seguintes anos:

Debêntures	2025	2026	Até 2026	Total
	109.549	113.234	141.218	1.245.574

10.2. Garantias concedidas. Para ambos emissores as garantias são: **■** Cessão fiduciária das ações ordinárias nominativas da Companhia, e **■** Direitos Creditórios provenientes da prestação de serviços de transmissão de energia elétrica. Porém para a 2ª emissão de debêntures, essas garantias são dadas sob condição suspensiva, ou seja, só passam ser dadas em garantia após a liquidação da 1ª emissão. **11.3. Cláusulas restritivas ("covenants").** Os principais "covenants" da Companhia referentes a debêntures estão descritos abaixo: **■** Redução do capital social da Emissora sem anuência dos Debenturistas; **■** Cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou, ainda, qualquer outra forma de reorganização societária envolvendo a Emissora, sem a prévia autorização dos Debenturistas; **■** Relatório consolidado da memória de cálculo (com todos os rubricas) do ICD (mínimo 1,3). Referido índice financeiro, são calculados a partir da (i) razão entre o EBITDA ajustado e o serviço da dívida, maior ou igual a 1,3; (ii) a atualização integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão; (iii) o saldo líquido integral das obrigações previstas na Escritura da 1ª Emissão; **■** Protestos de títulos contra a Emissora, cujo valor unitário ou agregado não ultrapasse R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a 2ª Emissão de Debêntures; **■** Alienação e/ou constituição e/ou prestação pela Emissora, de quaisquer ônus, gravames, garantias e/ou qualquer outra modalidade de obrigação que limite, sob qualquer forma, a propriedade, titularidade, posse e/ou controle sobre os ativos, bens e direitos de qualquer natureza, de propriedade ou titularidade, da Emissora, em benefício de terceiros; **■** Vencimento antecipado ou inadimplemento de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza financeira que esteja sujeita a Emissora que não sejam decorrentes desta emissão, em montante líquido ou superior a R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para a 1ª Emissão de debêntures e R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) para a 2ª Emissão de Debêntures, não sanado no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados do inadimplemento; **■** Apresentar e divulgar em até 90 dias contados da data do encerramento de cada exercício social as demonstrações financeiras auditadas, acompanhadas do relatório da administração; **■** Manter vigentes e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora; **■** Manter vigentes as apólices de seguros necessárias para a cobertura do Projeto, conforme as práticas usuais de mercado na data de celebração desta Escritura de Emissão; **■** Não conceder ônus ou financiamentos ou distribuir dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outro tipo de distribuição de recursos, a seus acionistas, empresas controladas ou subsidiadas, em caso de estar apresentando o ICD conforme obrigação prevista nas escrituras de debêntures; **■** Não constituir, em favor de terceiros, garantias sobre os Direitos Creditórios, com exceção da cessão fiduciária em garantia compartilhada nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária; **■** Para 1ª emissão de debêntures manter depositado nas Contas Reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pela Companhia, os valores correspondentes a próxima parcela vincenciada de principal e juros; **■** Manter sempre válidas e expostas as garantias da Emissão; **■** Manter o relatório de risco atualizado anualmente até a data de vencimento, bem como divulgar (ou deixar que a agência de rating divulgue) os relacionamentos com as súmulas das classificações de risco; **■** Não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros, os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na Escritura de Emissão, sem prévia anuência dos Debenturistas. Em 31/12/2022, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de debêntures vigentes foram cumpridas.

12. Provisões	31/12/2022	31/12/2021
Ambientais	8.262	10.338
Fiscais	2.754	3.961
Sobresalentes	613	613
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	2.412	1.792
Outras provisões	-	20
	14.041	16.684
Circulante	2.865	3.385
Não circulante	14.041	16.684

Seguradora	Categoria - Ramo	Apólice/Endosso	Vigência	Importância segurada	Prêmio
BRS	Seguro de Garantia	01741210011575/802	De21 a De22/26	51.139	74
JNS	Seguro de Garantia	1007507046617	Agv22 a Agv24	1.129	4
SWISS RE	Seguro de Garantia	51750017177	Set21 a Set/23	42.851	285
SWISS RE	Seguro de Garantia	51750016691	De20 a De2/25	23.235	407

O oferecimento de garantia pela Concessionária, via de regra, é condição legal para a utilização de determinadas ferramentas processuais adotadas nas ações em que é parte. Isso não representa antecipação de condenação ou reconhecimento de qualquer direito da parte contrária.

13. Encargos setoriais	31/12/2022	31/12/2021
Reserva Global de Reversão - RGR	3.888	692
Peşaj e Desenvolvimento - P&D	712	1.745
CDE	135	62
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSSE	91	67
	4.152	2.596

14. PIS e COFINS diferidos	31/12/2022	31/12/2021
PIS Diferido	55	64.578
COFINS Diferido	22.632	252.233
	31.140	307.611
Circulante	2.890	3.529
Não circulante	308.250	304.082
	31.140	307.611

O diferimento do PIS e da COFINS é relativo às receitas de implementação da infraestrutura e manutenção do ativo da concessão aplicadas sobre o Ativo de contrato de concessão e registrado conforme competência contábil. Os montantes refletem os efeitos fiscais diferidos do PIS e da COFINS na aplicação dos procedimentos contábeis relacionados ao CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes.

15. Imposto de renda e contribuição social	31/12/2022	31/12/2021
a) Imposto de renda e contribuição social diferidos apresentados no balanço patrimonial		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias, líquidas	(371.295)	(361.362)
IRPJ e CSLL sobre prejuízo fiscal e base negativa	119.388	130.953
	(251.907)	(230.409)

b) Reconhecimento das despesas de imposto de renda e contribuição social. A conciliação de (des)nosso imposto de renda (liquidação de 25%) e da contribuição social (liquidação de 9%) com despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

31/12/2022	31/12/2021	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	140.925	84.398
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(47.915)	(28.695)
Lucro da exploração	13.739	(86)
Outras adições/exclusões	(547)	(986)

Imposto de renda e contribuição social reconhecidos no exercício	31/12/2022	31/12/2021
Correntes	(13.225)	(29.681)
Diferidos	(34.724)	(29.681)
	(47.949)	(59.362)
Alíquota efetiva	25%	35%

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas da **Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.** Brasília - DF
Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentadas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).
Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção de scope, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.
Principal assunto de auditoria. O principal assunto de auditoria é a posição de julgamento profissional, (i) o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Este assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e a formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre este assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Não cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.
Mensuração do ativo de contrato. Conforme divulgado na nota explicativa 31, a Companhia avalia que mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter tal infraestrutura, para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31/12/2022, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$ 3.637.299,00. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita de contrato com cliente de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15 - Revenue from contract with customer) requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfaz a longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucro esperadas em cada obrigação de performance identificada, e as projeções de longo prazo, a identificação da taxa de desconto, que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro, também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo de contrato das concessões e da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria.
Como nossa auditoria conduziu esse assunto. Nossos procedimentos de auditoria incluíam, dentre outros: (i) o entendimento do processo da Companhia relacionado aos cálculos do ativo de contrato de concessão; (ii) avaliação dos procedimentos internos relativos aos gastos realizados para execução do contrato; (iii) leitura dos contratos de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicados ao preço do contrato; (iv) revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição de taxa implícita de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em avaliação de empresas; (v) análise de eventual risco de penalizações por atrasos na construção ou indisponibilidade de ativos; (vi) análise das comunicações com órgãos reguladores relacionadas à atividade de transmissão de energia elétrica e de mercado de valores mobiliários; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. Com base no resultado dos procedimentos auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas para mensuração do ativo de contrato adotados pela diretoria são aceitáveis, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Outros assuntos Demonstração do valor adicionado. A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2022, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, é apresentada e avaliada suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, informamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a forma e conteúdo está de acordo

(i) Referir-se a gastos incorridos com a Toshiba na fase de construção da Linha de Transmissão com o acórdão judicial registrado em outubro de 2019, no montante de, aproximadamente, R\$ 85.400, sendo pago da seguinte forma: R\$ 45.000 a Toshiba na data da homologação do acórdão pelo juiz das ações, em 10/10/2019 e R\$ 40.000 através de confissão de dívida para pagamento em três parcelas, assim distribuídas: R\$ 10.000 em 31/10/2024, R\$ 15.000 em 31/10/2025 e R\$ 15.000 em 31/10/2026, que, por meio de transferência de direito creditórios, será pago para Zonda Fundo de Investimentos, corrigido pelo IPCA.

11. Debêntures	31/12/2022	31/12/2021
	Circulante	Não Circulante
Debêntures 1ª emissão	36.903	197.115
Custos de transação a diferir (i)	(598)	(1.890)
Debêntures 2ª emissão	53.941	1.075.619
Custos de transação a diferir (ii)	(3.647)	(25.090)
	86.599	1.225.745
	1.332.353	65.043
	1.261.446	1.326.489

(i) Referem-se a comissões e garantias sobre prestações. Desta forma, os saldos estão apresentados no balanço patrimonial pelo valor líquido destes custos de captação. Abaixo segue movimentação das Debêntures:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	1.326.489	1.244.852
Juros provisionados	150.454	202.347
Amortização do custo de transação	4.313	4.276
Amortização de juros	(75.020)	(66.622)
Amortização de principal	(73.883)	(58.364)
Saldo final	1.332.353	1.326.489

	31/12/2022	31/12/2021
Composição		
Receita bruta		
Receita do ativo de contrato de concessão	338.397	332.300
Receita de operação e manutenção	25.788	24.891
Receta de revisão tarifária (i)	-	(3.308)
Outras receitas (ii)	59.678	46.999
	423.863	406.882

Deduções da receita
Impostos sobre serviços (PIS e COFINS) (iii) (49.068) (35.366)
Encargos setoriais (14.442) (12.527)
Provisão/reversão da parcela variável (iv) (24.556) -
(88.066) **(47.893)**

	31/12/2022	31/12/2021
Receita líquida	335.797	358.989

	31/12/2022	31/12/2021
Operações e Manutenção - O&M		
- Receita	25.788	24.891
- Custos (28.638)	(28.638)	(25.434)
- Margem (PIS)	(23.860)	(20.530)
- Margem/recebida (iv)	(49.833)	(82.534)

(a) Para avaliação das margens de Operação e Manutenção percebidas, estão sendo considerados os custos recorrentes da operação da Companhia. Foram considerados para a base do cálculo, os custos não recorrentes de contingências, uma vez que não estão diretamente ligados a operação e manutenção dos ativos de contrato da Companhia.

19. Custos e Despesas operacionais	31/12/2022	31/12/2021
	Custos	Despesas
Pessoal (i)	(5.187)	(2.356)
Serviços de terceiros (ii)	(24.717)	(20.187)
Outros custos e despesas pessoais	(806)	(1.183)
Contingências (iii)(iv)	(1.021)	4.565
Impostos e taxas	(611)	(33)
Outros custos	(2.059)	(876)
Seguros	(3.473)	(13.223)
Suas outros custos e despesas (v)	(37.874)	(40.869)
	(20.976)	(23.848)

(i) A partir 03/2022 a Companhia passa a fazer parte do reatado dos macroprocessos compartilhados de custos e despesas com pessoal, vide nota 6, em 2022, devido a substituição do fornecedor de O&M, foi realizado uma mobilização no montante de R\$ 2,4 milhões. (ii) Refere-se substancialmente ao serviço de compensação ambiental referente ao atendimento a LO nº 1265 conforme mencionado na Nota Explicativa 12. (iii) Em 2021, refere-se a reversões de processos trabalhistas no qual a Companhia era réu solidário e a ré primária honrou com as custas processuais não penalizando a Companhia e a reversão de R\$4 milhões de processo fundiário, conforme descrito na Nota Explicativa 12. (iv) Também em 2021, a despesa refere-se basicamente ao custo judicial no montante de R\$ 23,4 milhões com impacto no resultado de R\$ 18 milhões. (v) Refere-se a custos extraordinários no montante de R\$11 milhões decorrentes do indente de queda de torres em outubro de 2021 para assegurar e regularizar a disponibilidade da linha de transmissão. Conseqüentemente a companhia detentora de apólice de seguros de risco operacional ingressou com pleito junto a seguradora para pedido do enquadramento do evento em suas devidas coberturas. A Administração acredita ser suficiente para recuperar quaisquer prejuízos decorrentes do acidente.

20. Resultado financeiro	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Receitas de operações financeiras	12.630	3.053
Rendimentos de depósitos vinculados	5.771	2.481
Atualização monetária	798	1.162
Outras receitas financeiras	592	740
	19.791	7.436

Despesas financeiras:
Impostos sobre operações financeiras (12.630) (3.053)
Juros e multas (1.699) (1.621)
Apropriação do custo de transação (4.311) (4.276)
Outras despesas financeiras (i) (3.982) (6.256)
(158.916) **(214.500)**
(139.125) **(207.064)**

Resultado financeiro
(i) Refere-se a juros de juros sobre as debêntures. A redução é devido principalmente ao fato de que em 2021 fechou em 10,06%, enquanto em 2022 fechou em 7,59%. (ii) Refere-se basicamente às atualizações de contas a pagar, conforme descrito na nota 10.

21. Instrumentos financeiros e gestão de riscos
21.1. Gestão de riscos. As atividades exercidas pela Companhia estão expostas a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, risco de taxa de juros e risco de inflação), risco de crédito e risco de liquidez. O Modelo de Gestão de Risco da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro. A gestão de risco é controlada pelo Departamento Financeiro Corporativo que identifica e avalia os riscos financeiros com a colaboração direta dos segmentos corporativos da Companhia, quantificando os mesmos por projeto, área e unidade de negócio, dentro dos limites aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **■ Risco de cambial.** Em 31/12/2022, a Companhia não apresentava operações relevantes em moedas estrangeiras, não sendo esperado nenhum efeito relevante relativo à variação cambial. **■ Risco de taxa de juros.** É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro líquido devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às operações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis indexadas ao IPCA. Em 31/12/2022, o perfil dos passivos financeiros em moedas estrangeiras é apresentado nas notas explicativas da Companhia. **■ Risco de Debêntures** - IPCA **31/12/2022** **31/12/2021** **31/12/2022** **31/12/2021**

■ Risco de inflação. A receita da Companhia atuando no segmento de transmissão é atualizada anualmente por índices de inflação-IPCA. Em caso de deflação, a concessionária terá suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação a concessionária poderia não ter as suas receitas ajustadas temporariamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **■ Riscos de crédito.** É o risco de incorrer em perdas decorrentes do não cumprimento de obrigações resultantes de operações com terceiros. Neste sentido, as principais exposições ao risco de crédito na data das demonstrações financeiras está relacionada a seguir: **■ Caixa e equivalentes de caixa** - Nota 4. Para controlar o risco de crédito do caixa e equivalentes de caixa, a Companhia possui critérios que estabelecem que as contrapartes devam ser sempre instituições financeiras de 1ª linha e dívida pública de alto nível de qualificação de crédito assim como política estabelecida de limites máximos a investir ou contratar com revisão periódica dos mesmos. **■ Contas a receber** - Nota 4. Para controlar o risco de crédito das contas a receber, a Companhia possui critérios mínimos de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso Sistema de Transmissão - CUST, celebrado entre a Companhia e o ONS, garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais variáveis desses mecanismos de proteção são: (i) riscos dilatórios, pois todos os usuários pagam a todos os meses; (ii) as garantias financeiras são fornecidas independentemente pelos usuários; e (iii) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou a CFB. A RAP de uma companhia de transmissão é recebida das companhias que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão - TUST. Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos: (i) a RAP de transmissão de energia elétrica; (ii) os serviços prestados pelo ONS; e (iii) os encargos regulatórios. O poder econômico de entrega de energia